



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 11/17

07 de Maio de 2017



Organização Europeia de  
Associações Militares

### A Necessária Defesa da Condição Militar!

Na próxima Terça-feira, 9 de Maio, a partir das 15H00, o projeto de Lei nº 340/XIII-2ª, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, propondo introduzir alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), será discutido no Parlamento.

Na exposição de motivos pode ler-se que "... o Grupo Parlamentar do PCP apresenta um conjunto de alterações ao EMFAR não tanto com o objetivo de corrigir todas as malfeitorias da governação anterior nesta matéria concreta, mas no sentido de as minimizar e, de alguma forma, repor situações de justiça e de equilíbrio, nomeadamente ao nível das carreiras dos militares e da sua vida familiar".

**Estas situações de injustiça e desequilíbrio não se teriam eventualmente verificado se, durante o processo de discussão e preparação do diploma, pelo anterior governo, e que veio a configurar o actual EMFAR, tivesse sido mais evidente o dever de tutela por parte das então chefias militares e, com mais importância ainda, tivessem sido de facto integradas na sua discussão e preparação as associações socioprofissionais de militares, como aliás, a lei determina desde 2001!**

O actual EMFAR não foi concepção exclusiva de políticos! Teve a participação dos chefes militares! Recentemente, algumas abordagens acerca da participação dos militares portugueses em determinada missão provocaram comentários nas redes e comunicação social! Esta situação até permitiu que o responsável político pela pasta da Defesa se pronunciasse relativamente aos militares no seu já habitual tom "chocarreiro". Para nós, do ponto de vista socioprofissional, preocupam-nos as condições materiais, sociais e profissionais que são dadas aos militares para que participem nas missões. Em todas as missões! Dentro e fora do País! Por isso considerarmos de enorme importância aquilo que é, que deve ser, um verdadeiro, completo e justo Estatuto. Pois, sobre esta importante matéria, que é fundamental para a participação em boas condições nas mais diversas missões militares, **não ouvimos da parte dos chefes militares, e muito menos da parte do actual governo, qualquer tom de crítica aberta e de preocupação sobre as alterações negativas feitas ao Estatuto dos Militares pelo anterior governo, na destruição dos apoios sociais, degradação da saúde,**

descaracterização e desvalorização da Condição Militar, etc.

Na área da formação aprofunda-se a separação entre classes, havendo uma grande preocupação com o Ensino Superior Militar, mas remetendo para o esquecimento o Ensino Politécnico Militar e o reconhecimento da formação superior para os Sargentos, continuando o "embuste" com a propalada (mas contudo ainda não concretizada) atribuição do enganador "nível 5". Em 1975, na Assembleia Constituinte para a qual fora eleita, Sophia de Mello Breyner Andresen, afirmou: "A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar, para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade, e em justiça". Como podem os Sargentos transformar a vida, construir, em verdade, liberdade e justiça se estatutariamente continua a ser negado um nível que lhes permita evoluir? Os Sargentos não foram, não são, nem nunca serão "cidadãos de segunda".

A carreira digna e dignificante a que os Sargentos também têm direito, encontra-se por força deste Estatuto e de legislação e regulamentos para os quais o mesmo remete, profundamente descaracterizada, se não mesmo ferida de morte ou até inexistente!

Os fundamentais apoios sociais, médicos e medicamentosos para os militares (e naturalmente para os seus familiares) atingiram um elevado grau de degradação e incapacidade de resposta. Temos conhecimento que existem viúvas de militares que aguardam há mais de dois anos pelo direito a uma pequena parte que lhes é devida do complemento de pensão de reforma do seu ente falecido.

A Condição Militar, em que o Estatuto dos Militares deveria ser a trave mestra, necessita da nossa participação activa na sua defesa!

Para além de respondermos afirmativamente e de estarmos disponíveis para as acções que venhamos a ter de encetar na Defesa da Condição Militar, importa já, num acto de cidadania participativa, para **todos** quantos tenham essa possibilidade, **assistirmos nas galerias da Assembleia da República à sessão que terá lugar a partir das 15H00 do próximo dia 9 de Maio!**

**A Direcção  
07 de Maio de 2017**